

DECOLONIALIDADE E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA

Luis Gabriel Provinciatto*

KUZMA, Cesar; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de (org.). *Decolonialidade e práticas emancipatórias: novas perspectivas para a área de Ciências da Religião e Teologia*. São Paulo: Paulinas, 2019, 150p. ISBN: 978-85-356-4536-1

Decolonialidade e práticas emancipatórias: novas perspectivas para a área de Ciências da Religião e Teologia reúne algumas das principais conferências do 32º Congresso Internacional da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião), ocorrido entre 9 e 12 de julho de 2019 na PUC-Minas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A obra propõe-se a: 1) destacar a relevância de se pensar a decolonialidade, discutindo-a, problematizando-a e inserindo-a no discurso científico através da produção qualificada; 2) pensar as novas práticas que surgem nos ambientes periféricos das sociedades como sinais e formas de resistência frente à colonialidade epistêmica, econômica, cultural, entre outras como práticas emancipatórias; 3) mostrar a importância e a contribuição da área de Ciências da Religião e Teologia

* Doutorando em Ciência da Religião - área de concentração: Filosofia da Religião - pela Universidade Federal de Juiz de Fora com bolsa de financiamento CAPES e período sanduiche na Universidade de Évora (Portugal). Mestre em Ciências da Religião e licenciado em Filosofia, ambos pela PUC-Campinas. E-mail: lprovinciatto@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8472704203242937>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0597-8641>.

para o debate acerca da decolonialidade e das práticas emancipatórias como formas autênticas de pensar e agir.

A obra está assim disposta: uma apresentação, assinada por Cesar Kuzma; sete capítulos correspondentes a algumas das conferências do 32º Congresso Internacional da SOTER. Deve-se fazer notar que os textos seguem o idioma das conferências e, por isso, três estão em espanhol e quatro em português, sendo que a conferência de encerramento (portanto, o último capítulo) foi traduzido do inglês, idioma do conferencista.

O primeiro capítulo – *Decolonialidad como praxis desde las víctimas y sus resistencias: cuestiones epistemológicas y distinción de conceptos* – é assinado por Carlos Mendoza-Álvarez, teólogo. O principal momento do texto é a ênfase em um novo ponto de partida epistêmico, a saber, desde o sul global e de uma ótica reversa à violência. Para justificar sua proposta, Mendoza-Álvarez traz uma definição do que seja o pensamento decolonial:

O pensamento decolonial representa o olhar crítico e antissistêmico que formula as questões necessárias para *desconstruir* o pensamento hegemônico que se impõe na comunidade global através do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo, com a justificação religiosa de um modelo sacrificial do sagrado (MENDOZA-ÁLVAREZ, 2019, p. 15, tradução nossa).

De certa maneira, todos os demais capítulos irão trazer contribuições para se pensar o giro decolonizador, mas este de Mendoza-Álvarez propõe contribuir explicitamente com o debate epistêmico do pensamento decolonial, de modo que o panorama aqui traçado pode servir de guia para a leitura dos demais textos. Além disso, esclarece-se nesse capítulo que o pensamento decolonial não é a outra face do pensamento moderno/colonizador. Trata-se, de fato, de um novo modelo pautado não mais na dominação, na subjugação e na doutrinação desde uma perspectiva universal de pensamento, mas no pluralismo epistemológico.

Esse novo modelo, contudo, ainda está em construção. Daí a proposta de Mendoza-Álvarez de nomear alguns dos autores e das autoras expoentes dessa nova proposta: Boaventura de Souza Santos e a necessária desconstrução do pensamento hegemônico desde sua lógica interna; Silvia Rivera Cusicanqui e Raúl Zibechi como

exemplo do pensamento antissistêmico latino-americano e da luta contra a lógica depredadora do capitalismo patriarcal colonizador; Achille Mbembe e sua proposta de desconstruir a lógica do biopoder transformado em necropoder; Sayak Valencia e sua análise de que a distopia já chegou ao coração do mundo hegemônico, mas continua sendo invisibilizada pelo mercado. Isso torna evidente que o pensamento decolonial se caracteriza como um processo que gira ao redor do reconhecimento da diversidade, da intersubjetividade e do pluralismo cultural, fazendo dele uma forma de resistência ao pensamento patriarcal, capitalista e colonizador.

O texto de Juan José Tamayo – *El giro descolonizador de las teologías del sur global* – possui uma sintonia direta com o de Mendoza-Álvarez porque se naquele se traz uma contribuição diretriz sobre o que seja pensamento decolonial, neste se tem uma demarcação conceitual do que seja o sul global:

Falamos de sul global, que é uma metáfora da injustiça estrutural e do sofrimento sistêmico das classes e dos povos oprimidos, provocado pelos diferentes sistemas de dominação que atuam em aliança e cumplicidade. [...] Sul global e norte global não são fenômenos paralelos, senão que entre eles se dá uma relação de causa e efeito. O norte global constitui o centro do capitalismo mundial. O sul é resultado e efeito do norte e produzido por ele (TAMAYO, 2019, p. 29, tradução nossa).

A referência ao sul global também se encontra em todos os demais capítulos: em certo sentido, todas elas estão em confluência com essa definição trazida por Tamayo. A partir dela, o autor fala das perspectivas teológicas do sul global e traz uma crítica ao pensamento hegemônico moderno/colonizador, fazendo perceber os seguintes pontos: 1) a afirmação cartesiana “penso, logo existo” tem como consequência o individualismo e a desvinculação entre homem e natureza, de modo que a autoafirmação intelectualista de si está associada ao domínio do corpo. Essa é a origem de um ideal colonizador e exterminador, já que a afirmação é conquistada por meio da razão e não dos sentidos, do corpo. Assim, a máxima cartesiana pode ser assumida como “conquisto, logo existo” e/ou “extermino, logo existo”. 2) O período do Iluminismo, que tem em Kant seu principal expoente, é marcado pelo racismo e pela exclusão, sobretudo, dos negros e das mulheres: aí se pretende uma naturalização das desigualdades como fundamento para justificar a ocupação, dominação e exploração dos continentes colonizados pelos europeus. Desse modo, Tamayo

aponta que uma crítica à noção de sujeito moderno não é somente necessária senão condição para o desenvolvimento de epistemologias decoloniais, entre elas as teologias, que, por sua vez, devem estar atentas às religiões hegemônicas, sobretudo, às monoteístas, pois aí também corre-se o risco de haver (praticar) um pensamento colonizador. Tamayo sugere a crítica de José Comblin aos monoteísmos como um exemplo norteador e, por fim, sinaliza para a mudança paradigmática que o pensamento decolonial está causando e, retomando Boaventura de Souza Santos, afirma a necessidade de “aprender que existe o sul, aprender a ir ao sul, aprender a partir do sul e com o sul” (TAMAYO, 2019, p. 43, tradução nossa).

Os capítulos terceiro e quarto – respectivamente intitulados *El buen convivir desde la cosmovisión aymara como alternativa frente a la descolonización* e *O direito de ser indígena* – giram em torno a um tema comum: a causa indígena. O terceiro capítulo, assinado pela teóloga indígena Vicenta Mamani Bernabé, traz um relato da convivência integral do povo Aymara (povos originários da Bolívia) com a *Pachamama* (Mãe Terra): fala-se sobre a espiritualidade, a convivência familiar e comunitária, a relação com a água, com os alimentos, com os vegetais e com os animais, as festas e vestimentas. No fundo, trata-se de propor a boa convivência (*buen convivir*) como fundamento de uma nova relação integral do ser humano com o ambiente que o rodeia. O outro capítulo, assinado pela antropóloga Lucia Helena Rangel, mostra tanto a dificuldade do reconhecimento e demarcação das terras indígenas no Brasil quanto o processo de aculturação pelo qual as comunidades indígenas nativas passaram, o que, no limite, acaba por ser um processo que dificulta o reconhecimento do índio como índio, pois a palavra do índio não tem valor algum caso não seja atestada pelas autoridades competentes. O ponto central desse quarto capítulo está na deflagração do paradoxo discriminatório da sociedade brasileira em relação à população indígena:

Impõe-se toda sorte de violências e sujeições; as comunidades tratam de esconder suas referências culturais, miscigenando-se e dissimulando filiações ocidentais e cristãs, e até mesmo apropriando-se delas, na tentativa de livrar seus descendentes das consequências odiosas do racismo. A partir daí, quando decidem assumir o que são e reivindicar seus direitos, não são mais considerados indígenas, como se houvesse sido espontâneo o processo que lhes tornaram o que são na atualidade (RANGEL, 2019, p. 57-58).

O quinto capítulo – *Decolonizar a revelação: teologia negra e a afirmação do deus antirracista*, de Ronilso Pacheco, teólogo – afirma a teologia negra como uma proposta decolonial justamente porque trata-se de uma teologia que se edifica como resistência histórica a tantos anos de exploração, desterro e genocídio do povo negro. O autor traz um tema central, a saber, a relação do povo negro com a terra como forma de espiritualidade ao qual se segue a importância de se olhar para a ancestralidade como categoria teológica. Nessa perspectiva, “o território é solo indissociável da manifestação do povo negro. No território se dá a experiência do povo negro, e experiência e território nunca estão separados” (PACHECO, 2019, p. 67). Ou seja, a história do povo negro está vinculada ao território. Aí habita a espiritualidade porque através do e no território o povo negro se manifesta e frui, dando sentido aos “poderes invisíveis” da relação com o solo. Dessa maneira, a teologia negra não olha somente para a África, mas também para a favela, a periferia, o campo, os quilombos porque nesses territórios as vidas são vulnerabilizadas. Não se trata de substituir a Europa pela África, fazendo esta ocupar o lugar central. Trata-se, pois, de propor que não haja mais lugar central senão “convivência e equidade em perspectivas com o mesmo valor” (PACHECO, 2019, p. 69). A isso se segue a proposta de assumir a ancestralidade como uma categoria teológica: do ponto de vista epistemológico, essa é uma contribuição decisiva da teologia negra para o pensamento decolonial. Por fim, Pacheco destaca o diálogo ecumênico e inter-religioso da teologia negra como outra característica decisiva, pois, enquanto saber, ela não nega as outras compreensões sobre Deus, tampouco vê a si mesma como única forma de salvação.

Sinivaldo Tavares, no texto *Saber-se terra: trama que enlaça “libertação” e “viragem decolonial”*, traz uma leitura da teologia da libertação já como prática decolonial. Para tanto, o autor defende que “a ‘viragem decolonial’ seria um processo interno à ‘teologia da libertação’ ou, se se preferir, a ‘teologia da libertação’ seria condição mesma de possibilidade da emergência da ‘viragem decolonial’” (TAVARES, 2019, p. 80). Argumentando a respeito de sua tese, Tavares fala da libertação como alternativa ao desenvolvimento e à emancipação, portanto, contra a naturalização da desigualdade social e contra o desenvolvimento como um crescimento linear e ilimitado. À sequência, propõe a emergência de uma epistemologia alternativa à luz da teologia da libertação como movimento do qual se origina o pensamento decolonial: trata-se de uma epistemologia integral e inclusiva, elegendo a distinção e a articulação como

mediações para a compreensão. A proposta de “saber-se terra” visa superar a dicotomia moderna entre ser humano e natureza, da qual provém a dominação (colonização) como *modus operandi*. Diante disso, o pensamento moderno/colonizador não somente dessacraliza a natureza e desnaturaliza o ser humano, como também naturaliza a racionalidade moderna como a única e legítima condição humana. Uma das consequências dessa instrumentalização do ser humano e da natureza é a “financeirização da vida”, cujo exemplo é o extrativismo digital, que, no limite, coloniza a vida através da transformação dos desejos e da privacidade em mercadoria a ser adquirida. A proposta do “saber-se terra”, portanto, integra uma gama de conhecimentos e evita qualquer solução parcial, pois “nada mais moderno e, ao mesmo tempo, colonialista do que propor um saber parcial e, nesse sentido, simplista e reducionista, como eventual solução a questões complexas” (TAVARES, 2019, p. 98).

O último capítulo – *Novo céu / nova terra: expandindo os horizontes decoloniais*, de Lee Cormie, teólogo, traduzido do inglês por Suzana Regina Moreira – corresponde à conferência de encerramento do 32º Congresso da SOTER. Fazendo jus ao título, a principal contribuição do texto de Cormie é apresentar novos horizontes decoloniais. Isso acontece em quatro momentos. No primeiro deles, o autor traz o Fórum Mundial Social (FMS) e o Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMTL) já como exemplos da expansão decolonial e também como consequências de um pensamento decolonial latino-americano (PDLA), ao qual se debruça no sentido de traçar suas principais características. No segundo momento, Cormie faz um apontamento crítica em relação ao PDLA: há ainda aí lacunas e questões mal resolvidas, destacando-se as correntes marginalizadas e o secularismo. O terceiro momento surge, de fato, como proposta de expansão do que já há de pensamento decolonial em direção a um tema de fundamental importância, de acordo com Cormie: a nova época antropocênica. A proposta consiste na decolonização das noções essencialistas de natureza e humanidade, “refletidas no uso excessivo do pronome ‘nós’, como se não houvesse diferenças significativas entre nós, pois há uma única realidade social ‘humanidade’ com uma única capacidade unificada de conhecer e agir” (CORMIE, 2019, p. 128). No quarto momento, Cormie apenas delinea uma proposta para os discursos ressurgentes de esperança e fé: aí se faz uma crítica à modernidade colonizadora e se reafirma a religião como fundamental para se ler a história, seja a partir “de cima”,

seja a partir “de baixo”. Cormie conclui seu texto afirmando que o pensamento decolonial, de fato, lança uma luz sobre a modernidade colonizadora, permitindo superá-la.

Note-se, por fim: se, por um lado, há uma independência entre os capítulos justamente porque eles apresentam perspectivas distintas do pensamento decolonial e falam de locais (também em sentido geográfico) diferentes, então, por outro, há uma inter-relação entre eles, que não se dá só pela temática que os une, mas, sobretudo, pela dinâmica como eles estão dispostos na obra: mesmo que brevemente, foi necessário primeiro conceitualizar o que é “pensamento decolonial” e “sul global” para, posteriormente, lançar mão de relatos e pesquisas a respeito do pensamento decolonial, donde a proposta de uma “prática emancipatória”. *Decolonialidade e práticas emancipatórias*, tema do Congresso, expresso no título da obra, acontece dinâmica e concomitantemente. Resulta difícil pensar decolonialidade e práticas emancipatórias desarticuladamente.